



Vol 18, Núm 1, jan-jun, 2025, pág. 835-867

Doença Mental, Racialidade e Interseccionalidade: um estudo analítico

Mental Illness, Raciality and Intersectionality: an Analytical Study

Maladie mentale, racialité et intersectionnalité: une étude analytique

Janderson Costa Meira¹

Yasmin Vitória Bindá Araújo²

Rebecca Neves Moreira Barros³

Isabela Torres Miranda⁴

Talícia de Macedo do Nascimento⁵

André Cavalcante Pereira⁶

Resumo

A saúde mental é um direito fundamental de todos, e devemos lutar para que esse direito seja respeitado e garantido a cada indivíduo, sem exceção. O estudo tem como objetivo apresentar e destacar a importância da abordagem interseccional na relação

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Graduado em Psicologia pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. E-mail: jandersonmeiraa@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9145-6465>

² Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/Ufam. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LAPFE/Ufam. E-mail: Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6012-8177>

³ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Santa Teresa. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/Ufam. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LAPFE/Ufam. E-mail: rebeccanevesbiomedica@outlook.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4200-5519>

⁴ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Santa Teresa. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/Ufam. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LAPFE/Ufam. E-mail: isabelatorresmiranda4@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4058-3003>

⁵ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Santa Teresa. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/Ufam. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LAPFE/Ufam. E-mail: taliciamacedo2409@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7605-8107>

⁶ Discente do Curso de Biomedicina da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/Ufam. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LAPFE/Ufam. E-mail: acpmidiasam@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-8561-2914>



entre doença mental e racialidade. É um aporte teórico, de cunho qualitativo. São apresentadas as concepções relativas à questão das interseccionalidades presentes na vivência cotidiana da saúde mental em pessoas racializadas. Conclui-se que foi possível identificar que a relação entre doença mental, racialidade e interseccionalidade apresenta desafios significativos, incluindo estigmas, barreiras de acesso, e a necessidade de abordagens culturalmente competentes. O aprofundamento sobre as percepções e vivências de indivíduos racializadas em relação à saúde mental também emergiu como um ponto relevante para a compreensão e atuação nesse campo. Esses aspectos ressaltam a importância de considerar a diversidade racial e de gênero na formulação de políticas e práticas de saúde mental.

Palavras-chave: Doença mental; racialidade; interseccionalidade; compromisso social

Abstract

Mental health is a fundamental right for all, and we must fight for this right to be respected and guaranteed to each individual, without exception. The study aims to present and highlight the importance of the intersectional approach in the relationship between mental illness and raciality. It is a theoretical contribution, of a qualitative nature. The concepts related to the issue of intersectionalities present in the daily experience of mental health in racialized people are presented. It is concluded that it was possible to identify that the relationship between mental illness, raciality and intersectionality presents significant challenges, including stigmas, barriers to access, and the need for culturally competent approaches. The in-depth study of the perceptions and experiences of racialized individuals in relation to mental health also emerged as a relevant point for understanding and acting in this field. These aspects highlight the importance of considering racial and gender diversity in the formulation of mental health policies and practices.

Keywords: Mental illness; raciality; intersectionality; social commitment

Résumé

La santé mentale est un droit fondamental pour chacun, et nous devons lutter pour que ce droit soit respecté et garanti à chaque individu, sans exception. L'étude vise à présenter et souligner l'importance de l'approche intersectionnelle dans la relation entre maladie mentale et racialité. Il s'agit d'une contribution théorique, de nature qualitative. Des conceptions liées à la problématique des intersectionnalités présentes dans l'expérience quotidienne de la santé mentale des personnes racisées sont présentées. Nous concluons qu'il a été possible d'identifier que la relation entre la maladie mentale, la race et l'intersectionnalité présente des défis importants, notamment des stigmates, des obstacles à l'accès et la nécessité d'approches culturellement compétentes. L'approfondissement des perceptions et des expériences des personnes racisées en matière de santé mentale est également apparu comme un point pertinent pour comprendre et agir dans ce domaine. Ces aspects soulignent



l'importance de prendre en compte la diversité raciale et de genre lors de la formulation de politiques et de pratiques en matière de santé mentale.

Mots-clés: Maladie mentale; la race; l'intersectionnalité; engagement social

O estudo tem como objetivo apresentar e destacar a importância da abordagem interseccional na relação entre doença mental e racialidade. Deste modo, busca-se contextualizar e evidenciar a relevância do tema na contemporaneidade, reforçando a necessidade de compreender as diversas experiências vividas, pelas pessoas racializadas no contexto da saúde mental.

Torna-se imprescindível, compreender a interseção entre heterogêneas dimensões identitárias, a exemplo de raça, gênero, classe socioeconômica, orientação sexual e deficiências físicas, na tentativa de promover, fomentar e gerar uma análise abrangente, fundamentada em bases relevantes, que sejam verdadeiramente capazes de estimular a reflexão, a sensibilização e a transformação necessária no âmbito da saúde mental (Barbosa-Fohrmann & Martins, 2021).

Compreender a saúde mental em sua complexidade e abrangência é um desafio inestimável, mas indispensável para o avanço da sociedade em direção a uma perspectiva mais inclusiva e equitativa, capaz de atender às necessidades de todos os indivíduos. Assim, é imprescindível reconhecer e enfrentar as intersecções entre as diferentes formas de opressão e estigmatização enfrentadas por grupos marginalizados, pois essa compreensão interseccional é o alicerce para a promoção de uma saúde mental coletiva e de qualidade para todos (Meira et al., 2024; Silva et al., 2024; Viana et al.2020).

Além disso, é importante destacar a importância da criação de políticas públicas que considerem as diversas identidades de forma integral, promovendo o acesso igualitário a serviços de saúde mental e garantindo um tratamento justo e livre de discriminação. A busca pela equidade na saúde mental requer esforços contínuos, reconhecendo as causas estruturais e sociais que contribuem para as desigualdades e dedicando-se a transformar essas situações para melhorar a vida das pessoas afetadas (Tenório, 2021).



Portanto, é fundamental priorizar a pesquisa e o diálogo que abarquem as múltiplas facetas da saúde mental, dando voz às experiências e perspectivas de grupos historicamente marginalizados, com vistas a construir uma sociedade mais inclusiva, empática e saudável para todos (Almeida et al.2022). Acreditamos que somente por meio dessas ações poderemos verdadeiramente almejar um futuro no qual cada indivíduo seja tratado com dignidade, respeito e igualdade de oportunidades no âmbito da saúde mental. Desse modo, é primordial que os profissionais dessa área ampliem seus horizontes e aprimorem sua compreensão das interseções entre doença mental e racialidade, a fim de oferecer um suporte adequado e efetivo para todas as pessoas, independentemente de sua herança cultural, cor de pele ou origem étnica (Meira et al., 2024; Matos & Albuquerque, 2023).

Enquanto sociedade, temos a responsabilidade de enfrentar as injustiças sistêmicas e estruturais que perpetuam a desigualdade no acesso aos serviços de saúde mental, promovendo mudança real e duradoura em nossas instituições e na maneira como abordamos o tema em nosso cotidiano. Devemos estar dispostos a reconhecer nossos preconceitos e privilégios, e a assumir um compromisso concreto de trabalhar ativamente para eliminar as barreiras que impedem o acesso equitativo à saúde mental (Meira et al., 2024; Silva et al., 2024; Carvalho et al.2020). Ao fazer isso, estaremos avançando em direção a uma sociedade mais justa, inclusiva e compassiva, na qual a saúde mental seja tratada como um direito humano fundamental e inalienável, garantindo que todas as pessoas tenham acesso e suporte adequado para cuidar de sua saúde mental (Xavier, 2021).

Dessa forma, é essencial que os especialistas e profissionais da área estejam dispostos a confrontar seus próprios preconceitos e estereótipos, adquirindo conhecimentos mais aprofundados sobre as interseções complexas e interdependências entre doença mental e racialidade. Somente assim poderemos desenvolver abordagens holísticas e inclusivas que atendam às demandas e necessidades específicas de cada indivíduo, independentemente de sua história cultural, da cor de sua pele ou de sua origem étnica (Costa & Santos, 2021).

No âmbito das políticas públicas, é primordial que haja um comprometimento em promover a igualdade de acesso aos serviços de saúde mental, garantindo que todas as pessoas tenham a oportunidade de buscar e receber suporte adequado, livre



de discriminação e estigma. Para isso, é fundamental reconhecer as interseções entre doença mental e questões raciais, desenvolvendo estratégias efetivas que levem em consideração as experiências e perspectivas de grupos historicamente marginalizados (Castro, Meira, Vieira & Gomes, 2024; Dias, 2024). Além disso, é necessário investir na educação e conscientização da sociedade como um todo, para que as pessoas compreendam a importância de abordar a saúde mental de maneira completa e inclusiva. Isso implica em desconstruir estereótipos, preconceitos e discriminações que afetam a vida das pessoas racializadas, contribuindo para a criação de um ambiente mais saudável e acolhedor para todos (Matos & Albuquerque, 2023).

A jornada em direção a uma sociedade mais justa e igualitária no âmbito da saúde mental é longa, mas não pode ser adiada. Cabe a cada um de nós, como membros dessa sociedade, assumir a responsabilidade e a ação necessárias para promover mudanças significativas e duradouras. Somente assim poderemos reconstruir as bases do sistema de saúde mental, tornando-o verdadeiramente inclusivo, acessível e efetivo para todas as pessoas, independentemente de sua raça, origem étnica ou qualquer outra dimensão identitária.

A saúde mental é um direito fundamental de todos, e devemos lutar para que esse direito seja respeitado e garantido a cada indivíduo, sem exceção. Juntos, podemos construir um futuro no qual a saúde mental seja tratada com a importância e o cuidado que merece, contribuindo para o bem-estar de toda a sociedade.

1. Definições Básicas e Contextualização

É necessário considerar e enfatizar as disparidades existentes no acesso a recursos e serviços de saúde, e, desse modo, buscar uma compreensão mais completa e abrangente das implicações de tais desigualdades. Nesse caso, precisamos adentrar os fatores sociais, históricos e culturais que moldam e impactam a saúde mental das pessoas racializadas, momento em que se destaca a importância de uma análise interseccional que leve em conta a interação entre raça, gênero, classe social e outras formas de marginalização e opressão (Santos et al., 2024; Silva et al., 2024).



Somente através de uma análise crítica e reflexiva, conseguiremos examinar as estruturas de poder que perpetuam as disparidades raciais na saúde mental, bem como as formas de resistência e luta que têm sido desenvolvidas por comunidades racializadas em busca de uma equidade na prestação de cuidados de saúde mental (Andrade & Alves, 2024; Souza & Borba, 2024).

É premente observar as evidências empíricas e teóricas que sustentam essas discussões, proporcionando embasamento sólido para a compreensão mais profunda e contextualizada das questões aqui apresentadas. É mister, não restam dúvidas, ue possamos dar ênfase à importância de uma abordagem holística e multidisciplinar para abordar os desafios enfrentados pelas pessoas racializadas em relação à sua saúde mental.

Assim, é fundamental destacar que o objetivo principal deste estudo é fornecer uma base sólida e abrangente para a compreensão dos conceitos de doença mental, racialidade e interseccionalidade, bem como para analisar as dinâmicas sociais e estruturais que afetam a saúde mental das pessoas racializadas (Fonseca, 2024; Gresta, 2024)). A partir dessa base, exploramos de forma mais aprofundada os temas relacionados ao longo do estudo, permitindo uma análise crítica sobre as questões em análise.

Os objetivos deste estudo consistem em analisar a interseccionalidade das experiências de doença mental e racialidade, identificar os desafios enfrentados por pessoas racializadas no contexto da saúde mental e propor intervenções sensíveis às questões de raça. A justificativa para a realização deste estudo reside na necessidade de ampliar o debate sobre saúde mental de forma a considerar as múltiplas dimensões identitárias e promover práticas mais inclusivas e equitativas.

2. Doença Mental: Conceitos e Prevalência

A doença mental refere-se a uma ampla gama de condições que afetam o humor, o pensamento e o comportamento de indivíduos, levando a alterações significativas em seu funcionamento diário e em suas interações sociais (Trevisan & Souza Castro, 2021).

A prevalência de doenças mentais na população geral é alta, com milhões de pessoas em todo o mundo sofrendo de depressão, ansiedade, transtornos



alimentares, esquizofrenia e outras condições (Alves, 2021). Essas doenças podem impactar negativamente a qualidade de vida e representar um ônus significativo para os sistemas de saúde (Vitorino et al., 2024).

As doenças mentais podem variar em gravidade e sintomas, desde casos leves de tristeza persistente até condições mais graves que requerem tratamento intensivo. Afetam pessoas de todas as idades, origens étnicas e culturas, e não fazem distinção entre gêneros (Trevisan & Souza Castro, 2021).

A compreensão e o tratamento adequados das doenças mentais são essenciais para melhorar a qualidade de vida de indivíduos afetados e para reduzir o impacto negativo na sociedade como um todo (Aguiar Magalhães et al., 2024). A natureza das doenças mentais pode ser complexa e multifacetada. Fatores genéticos, químicos e ambientais podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento e na progressão dessas condições (Ferreira et al., 2023).

Além disso, experiências traumáticas, como abuso infantil, perda de entes queridos e estresse crônico, podem aumentar o risco de desenvolver doenças mentais. É importante destacar que a doença mental não é resultado de fraqueza pessoal ou falta de caráter (Nascimento & Santos, 2023) É uma questão de saúde que requer atenção médica adequada e suporte contínuo. O estigma associado às doenças mentais ainda persiste em muitas sociedades, dificultando a busca de ajuda e o acesso ao tratamento.

É fundamental promover a sensibilização e a educação para acabar com esse estigma e garantir que aqueles que sofrem de doenças mentais recebam o apoio e o tratamento de que precisam. Existem diferentes abordagens de tratamento para as doenças mentais, que podem incluir terapia, medicação e estilo de vida saudável (Oliveira, 2023). É importante que cada indivíduo receba um plano de tratamento personalizado, baseado em sua condição específica e necessidades. Além disso, o apoio da família, amigos e comunidade desempenha um papel crucial na recuperação e no gerenciamento das doenças mentais (Vidal et al., 2022).

É imprescindível sensibilizar a sociedade sobre a importância da saúde mental e procurar ajuda profissional se estiver enfrentando algum tipo de problema. As doenças mentais não devem ser negligenciadas, pois podem ter impactos profundos na vida de uma pessoa. Com o tratamento adequado, é possível recuperar o bem-



estar mental e viver uma vida plena e significativa (Mota, Silva & Amorim, 2020). É hora de quebrar o estigma e apoiar uns aos outros em nossa jornada para a saúde mental.

2.1 Definição de Doença Mental

A definição de doença mental compreende uma ampla gama de condições clínicas que afetam o funcionamento psicológico e emocional de um indivíduo, podendo levar a um intenso sofrimento mental e significativo comprometimento das atividades cotidianas. Essas condições incluem transtornos de humor, como a depressão e o transtorno bipolar, transtornos de ansiedade, como o transtorno do pânico e o transtorno de estresse pós-traumático, transtornos psicóticos, como a esquizofrenia, transtornos alimentares, como a anorexia nervosa e a bulimia nervosa, transtornos de personalidade, como o transtorno borderline e o transtorno narcisista, entre muitos outros (Souza, 2023).

É crucial reconhecer que a doença mental não é de forma alguma causada por fraqueza de caráter, falta de força de vontade ou falha pessoal. Pelo contrário, é o resultado de uma combinação complexa de diversos fatores, incluindo fatores biológicos, genéticos, psicológicos, sociais e ambientais. Estudos científicos têm demonstrado que alterações em neurotransmissores cerebrais, como a serotonina e a dopamina, desempenham um papel significativo no desenvolvimento e na manifestação das doenças mentais (Feliciano & Costa, 2024; Schlosser et al., 2023; Gomes et al., 2022).

Além disso, histórico familiar e eventos traumáticos também podem influenciar a predisposição e o desencadeamento dessas condições. Portanto, é essencial combater o estigma associado às doenças mentais e promover a compreensão de que elas são doenças legítimas, que merecem ser tratadas com respeito e compaixão (Fernandes et al., 2024; Schimingoski et al., 2024).

O acesso a tratamentos eficazes, como a terapia psicológica, a medicação adequada e o suporte social, é fundamental para a recuperação e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que enfrentam esses desafios. Compreender a complexidade dessas condições e oferecer suporte e compreensão às pessoas afetadas é um passo crucial para construir uma sociedade mais inclusiva e saudável.



2.2 Prevalência de Doenças Mentais na População Geral

A prevalência de doenças mentais na população em geral é um fenômeno global que afeta pessoas de todas as idades, gêneros, etnias e classes sociais. Estima-se que aproximadamente 20% dos adultos vivenciarão um problema de saúde mental em um determinado ano (Brandalise et al., 2022). Além disso, a incidência de doenças mentais está aumentando rapidamente, o que está gerando um impacto significativo nos sistemas de saúde e também nas políticas de bem-estar social em todo o mundo (Waisberg & Silva, 2022).

Os efeitos negativos dessas doenças vão muito além do indivíduo afetado, afetando também seus familiares, amigos e comunidade como um todo. A falta de conscientização e recursos adequados agrava ainda mais a situação, tornando essas doenças um desafio ainda maior de serem abordadas e superadas (Oliveira et al., 2022). No entanto, é crucial que governos, instituições de saúde e a sociedade em geral se unam para enfrentar esse problema de frente e priorizar o cuidado e apoio às pessoas que sofrem com doenças mentais. Para isso, é necessário implementar campanhas de conscientização em larga escala, tornar o acesso aos serviços de saúde mental mais fácil e acessível, proporcionar educação sobre os sinais e sintomas precoces dessas doenças, bem como reduzir o estigma em torno delas (Freitas & Carneiro, 2023).

É fundamental fornecer recursos adequados para o tratamento, incluindo terapias, medicamentos e outros suportes necessários. Somente assim poderemos alcançar uma sociedade mais saudável e inclusiva, que valoriza e respeita a saúde mental de todos os seus membros, e que trabalha ativamente para proporcionar um ambiente acolhedor e apoio necessário para aqueles que precisam (Lopes et al., 2022).

É irrefutável que a saúde mental desempenha um papel fundamental no bem-estar global e na qualidade de vida das pessoas. Portanto, é essencial que todas as partes interessadas reconheçam a importância de abordar essas questões e desenvolvam estratégias eficazes para garantir que todos tenham acesso a cuidados mentais adequados (Siqueira et al., 2023). Ao ampliar nossos esforços para promover a conscientização e fornecer recursos, podemos mitigar o impacto devastador das



doenças mentais e trabalhar em direção a uma sociedade em que a saúde mental seja verdadeiramente valorizada e compreendida. Juntos, podemos promover a mudança e romper as barreiras que dificultam o diagnóstico e o tratamento adequado das doenças mentais Mota et al., 2021).

Ao fornecer atendimento acessível, apoio emocional e programas de prevenção, podemos melhorar não apenas a saúde individual, mas também a coesão social e a qualidade de vida geral. A batalha contra as doenças mentais é uma responsabilidade coletiva e requer esforços contínuos para combater o estigma, aumentar a conscientização e garantir o acesso universal aos serviços de saúde mental (Santos et al., 2024). Com determinação e colaboração, podemos construir um futuro em que a saúde mental seja tratada com a mesma importância e prioridade que a saúde física. Todos têm o direito de buscar a felicidade, o bem-estar e uma vida plena, livre das amarras do sofrimento mental (Araújo Barbosa & Carvalho Teixeira, 2021). Juntos, podemos alcançar essa visão e criar uma sociedade mais humana, inclusiva e solidária para todos.

3. Racialidade e Saúde Mental

A relação entre a racialidade e a saúde mental remonta a séculos de opressão sistemática, segregação e discriminação racial, que têm um impacto direto e negativo no bem-estar psicológico dos indivíduos racializados (Bú et al., 2024; Barbosa, 2022). A história dessa intrincada relação é caracterizada por inúmeros casos de estigmatização, marginalização e exclusão social, o que contribui significativamente para a elevada prevalência de doenças mentais dentro desse grupo populacional Santos et al., 2024; Martins, 2023; Oliveira, 20230. É de extrema importância compreender profundamente essa intrincada história com o intuito de desenvolver e implementar estratégias eficazes de promoção de uma saúde mental equitativa e inclusiva para todos.

3.1 História da Relação entre Racialidade e Saúde Mental

A história da relação entre racialidade e saúde mental merece ser amplamente explorada e compreendida, pois está intrinsecamente ligada à marginalização das pessoas racializadas e à negligência de suas experiências de sofrimento psicológico.



Ao longo dos séculos, desde os tempos da escravidão até as práticas de segregação racial, essas comunidades têm enfrentado traumas coletivos e desigualdades estruturais extremas, que têm tido um impacto significativo na incidência de doenças mentais entre elas (Silva, 2023).

É importante reconhecer e investigar profundamente esses aspectos históricos, pois eles fornecem um contexto crucial para a análise dos desafios atuais enfrentados pelas comunidades racializadas em relação à sua saúde mental e bem-estar psicológico. Além disso, o entendimento dessa relação complexa nos permite vislumbrar a necessidade de políticas públicas e ações afirmativas voltadas para a promoção da saúde mental dessas comunidades de maneira mais eficaz (Castro, Meira, Vieira & Gomes, 2024; Gomes, 2022).

Nesse sentido, é fundamental destacar que as consequências da opressão racial prolongada não se limitam apenas às dimensões psicológicas individuais. Elas se estendem também aos contextos sociais e institucionais nos quais essas comunidades estão inseridas. A ausência de representatividade adequada e de políticas de igualdade de acesso aos serviços de saúde mental contribui para a perpetuação dos problemas enfrentados pelas pessoas racializadas (Carvalho & Figueiredo, 2024).

Além disso, as restrições de recursos financeiros e a exposição contínua a ambientes de violência e discriminação são fatores adicionais que exacerbam os efeitos negativos sobre a saúde mental dessas comunidades. Ao examinarmos as histórias das pessoas racializadas, podemos observar como a interseccionalidade desempenha um papel crucial na compreensão de sua saúde mental. Mulheres, em particular, têm enfrentado desafios únicos devido à interação do racismo e do sexismo. A amplificação dos estereótipos negativos e a dupla discriminação que enfrentam criam uma carga adicional de estresse e afetam negativamente sua saúde mental. Portanto, é essencial que as políticas e pesquisas relacionadas à saúde mental abordem essas questões com enfoque nas experiências interseccionais (Albuquerque & Diniz, 2022).

Além disso, é fundamental que a saúde mental das pessoas racializadas seja tratada de forma holística. Isso significa que não se pode separar a abordagem clínica da contextualização social e histórica. A promoção de intervenções terapêuticas



culturalmente sensíveis e a criação de espaços de apoio que valorizem as experiências e saberes das comunidades racializadas são necessidades urgentes (Silva, 2023; Gomes, 2022)

A criação de programas de atendimento inclusivos, que levem em consideração as especificidades culturais e contemplem a participação de profissionais de diversas origens étnico-raciais, é um passo importante para garantir uma saúde mental igualitária e efetiva (Albuquerque & Diniz, 2022). Desse modo, a história da relação entre racialidade e saúde mental é complexa e carregada de desafios. É necessário ampliar o conhecimento e a compreensão desses aspectos para combater a marginalização e a negligência enfrentadas pelas comunidades racializadas. Através de uma abordagem interseccional e holística, podemos trabalhar em direção a políticas e práticas mais inclusivas, que valorizem a saúde mental de todos, independentemente de sua identidade racial (Cardim, 2021). Somente assim poderemos avançar rumo a uma sociedade em que a equidade em saúde mental seja uma realidade para todos.

3.2 Fatores Sociais e Estruturais que Impactam a Saúde Mental de Pessoas Racializadas

Os fatores sociais e estruturais que impactam a saúde mental das pessoas racializadas são extremamente complexos e intrincados, apresentando uma ampla gama de influências e ramificações.

O racismo institucionalizado, a discriminação incessante, a pobreza generalizada, a falta grandiosa de acesso a serviços de saúde de qualidade e a violência insidiosa são apenas alguns exemplos dos inúmeros determinantes interligados que contribuem para as alarmantes e desproporcionais taxas de doenças mentais enfrentadas por essa comunidade em particular (Alves, 2023).

Compreender e abordar de maneira abrangente esses fatores é absolutamente essencial para promover a equidade na saúde mental e, ao mesmo tempo, desenvolver intervenções eficazes, holísticas e culturalmente sensíveis que possam reduzir as chocantes disparidades raciais existentes nesse campo tão crucial. É imperativo reconhecer que a saúde mental não pode ser abordada isoladamente, mas



sim como um reflexo direto de uma matriz intrincada e interconectada de questões sociais, econômicas e históricas (Farias Falcke & Serralta, 2024; Cardim, 2021).

Compreenda-se que somente por meio de uma abordagem integrada e colaborativa, podemos avançar na busca de soluções tangíveis e sustentáveis que levem a uma sociedade mais justa e igualitária em termos de saúde mental para todas as pessoas, independentemente da sua raça ou etnia.

À medida que investimos tempo, recursos e energia nesses esforços, é crucial envolver uma variedade de partes interessadas, incluindo os próprios indivíduos racializados, a fim de garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas experiências sejam levadas em consideração (Avelar, Figueiredo & Malta., 2022).

É fundamental, a nosso ver, promover a educação e o desenvolvimento de programas de sensibilização que abordem não apenas as barreiras estruturais que limitam o acesso aos cuidados de saúde mental, mas também os estigmas e preconceitos que cercam a saúde mental nas comunidades racializadas. Devemos trabalhar em conjunto para ampliar a acessibilidade dos serviços de saúde mental, bem como investir em pesquisas para aumentar ainda mais nossa compreensão dos fatores subjacentes ao sofrimento mental nessa população (Bones & Bellenzani, 2024).

Por meio de uma abordagem baseada em evidências, solidariedade e colaboração, podemos esperar alcançar uma melhoria significativa na saúde mental das pessoas racializadas, proporcionando-lhes o suporte e os recursos necessários para uma vida saudável e gratificante (Goulart & Nardi, 2022).

É essencial garantir que todos os aspectos da vida sejam considerados, desde a educação até o emprego, o ambiente físico e as políticas públicas. Ao fazer isso, podemos não apenas melhorar a saúde mental dessa comunidade, mas também criar uma sociedade mais inclusiva, acolhedora e justa para todos.

A jornada para a igualdade na saúde mental é longa, mas é um objetivo que devemos perseguir incansavelmente. Compreendemos que determinação e compromisso, são fatores fundamentais para que isto ocorra e, a partir daí, podemos superar os desafios e construir um futuro onde todas as pessoas tenham acesso igualitário à saúde mental de qualidade.



4. Interseccionalidade: Entendendo a Complexidade das Identidades

A interseccionalidade é uma abordagem teórica profunda e complexa que reconhece e valoriza a interconexão e interdependência de várias formas de opressão e privilégio existentes em nossa sociedade. Essa perspectiva inclusiva e crítica, ao analisar as dimensões de raça, gênero, classe social, orientação sexual e muitas outras, busca compreender a multiplicidade de identidades individuais e coletivas (Collins, 2022).

Através da interseccionalidade, é possível enxergar e analisar a complexidade das experiências pessoais e coletivas, indo além de uma visão unidimensional que reduz as pessoas a apenas uma característica ou identidade. Essa abordagem ampla e inclusiva mostra que ninguém é apenas negro, apenas mulher, apenas pobre ou apenas LGBTQ+, mas sim uma mistura única de todas essas dimensões e mais (Meira et al., 2024; Silva et al., 2024; Laisner, 2023).

Ao nos aprofundarmos na perspectiva interseccional, torna-se evidente como as diferentes formas de discriminação e privilégio se entrelaçam e se influenciam mutuamente. Por exemplo, uma pessoa negra pode enfrentar não apenas o racismo estrutural, mas também o sexismo e a homofobia. Essa intersecção de opressões cria experiências de vida únicas e complexas, que não podem ser compreendidas de forma isolada (Castro, Meira, Vieira & Gomes, 2024; Hayashi & Rigolin, 2024).

No contexto da saúde mental, a interseccionalidade oferece uma perspectiva mais abrangente e profunda para compreender as experiências das pessoas racializadas (Gois & Santos, 2024). Ela permite examinar como o racismo, aliado a outras formas de opressão, afeta a saúde mental desses indivíduos. Ao reconhecer e analisar essas interconexões, é possível desenvolver intervenções mais eficazes e inclusivas, que abordem de maneira integrada os diversos desafios enfrentados pelas pessoas racializadas (Santos, 2024; Gomes da Silva, 2024).

Assim, cabe a toda a sociedade re-conhecer que é fundamental promover a adoção da interseccionalidade como uma abordagem essencial em todos os aspectos de nossa sociedade e do campo da saúde mental. Somente através dela poderemos reconhecer plenamente a complexidade das experiências vivenciadas pelas pessoas racializadas, bem como enfrentar e combater efetivamente as diversas formas de discriminação e opressão que persistem em nossa sociedade.



4.1 Origens e Conceitos Fundamentais

A teoria interseccional, originada nos estudos feministas e críticos da raça, destaca e ressalta a necessidade vital e crucial de considerar, de forma absolutamente fundamental, as múltiplas interseções das opressões enfrentadas pelas pessoas. Essa teoria extremamente significativa, de suma importância e de relevo incontestável, fundamenta-se na compreensão profunda, profunda mesmo, de que as experiências individuais, e aqui é importante frisar as experiências de cada indivíduo em particular, são intensamente e profundamente moldadas, afetadas e modeladas por uma infinidade de fatores complexos e inter-relacionados entre si, tais como raça, gênero, classe social e outras identidades, apenas para citar alguns exemplos, é claro. E é justamente por causa de todos esses elementos interdependentes e imbricados que essa abordagem excepcionalmente importante, crítica e significativa, merece todo o nosso destaque e atenção. Afinal, é através dessa perspectiva que somos capazes de reconhecer e compreender, de maneira mais abrangente, todas as diferentes formas de poder e privilégio que exercem uma influência direta e inegável sobre a saúde mental de cada indivíduo, e isso não é pouca coisa, meus amigos e amigas (Collins, 2022; 2024).

É essa compreensão e reconhecimento mais profundo que nos permite enxergar todas as nuances e sutilezas, todas as camadas submersas e ocultas das desigualdades vivenciadas pela nossa sociedade contemporânea. Sim, essa abordagem excepcionalmente importante e significativa nos dá uma visão ainda mais completa, ainda mais panorâmica, da complexidade e urgência das desigualdades que permeiam e permeiam intensamente a nossa existência enquanto membros desta sociedade incrivelmente plural que chamamos de nosso lar. Com essa perspectiva enriquecedora, somos capazes, sim, de promover e impulsionar transformações sociais, e não estamos falando apenas de mudanças cosméticas, superficiais e meramente estéticas, mas sim de transformações profundas, sólidas e verdadeiras, capazes de criar um futuro mais inclusivo, mais justo, mais compassivo para todas as pessoas, sim, todas e todos, sem exceção, sem deixar ninguém de fora, sem marginalizar, excluir ou perpetuar opressões históricas e estruturais (Silva & Oliveira Souza, 2024).



Portanto, não tenhamos dúvidas, de que é através de um olhar interseccional profundo e cuidadoso que poderemos, de fato, construir e alcançar um futuro melhor, um futuro mais humano, mais igualitário e mais acolhedor para todos nós, sem exceção. É isso que está em jogo aqui, é isso que está em questão, e devemos abraçar essa perspectiva com todo o nosso ser, com toda a nossa força e com uma determinação inabalável. Não se trata apenas de palavras bonitas ou teoria abstrata, mas sim de uma realidade palpável e concreta que se manifesta nas vidas de milhões e milhões de indivíduos em todo o mundo (Mazzucatto, 2023).

Desse modo, compreendemos que o futuro nos espera, e cabe a cada um de nós, de forma coletiva e individual, criar um futuro de verdadeira inclusão, igualdade e justiça para todas as pessoas, hoje e sempre. Juntos, podemos fazer a diferença e moldar um mundo melhor para as gerações futuras. No entanto, devemos ter em mente que essa tarefa não será fácil, requerendo um esforço constante e um comprometimento incansável. Portanto, é fundamental que permaneçamos trabalhando juntos para superar os desafios que inevitavelmente surgirão ao longo do caminho. Podemos enfrentar resistência e oposição, mas com perseverança e solidariedade, podemos superar qualquer obstáculo em nosso caminho (Silva & Oliveira Souza, 2024).

Este estudo, apropria-se da perspectiva de que cada indivíduo tem um papel crucial a desempenhar em alcançar um mundo mais igualitário. Reconhecemos também que a interseccionalidade não se limita apenas à teoria acadêmica, mas sim a uma ferramenta poderosa para a ação e a mudança social. À medida que avançamos, devemos levar adiante os princípios da interseccionalidade em nosso ativismo, nossa advocacia e nossas lutas diárias pelos direitos humanos e pela justiça.

Ressaltamos que ao reconhecermos e valorizarmos as diversas experiências e identidades que compõem nossa sociedade, podemos trabalhar juntos para construir um mundo onde todos possam prosperar e ser livres para serem eles mesmos, sem medo de discriminação ou opressão. Isso requer uma abordagem holística e inclusiva, que considera todas as formas de opressão e privilegia a equidade e a justiça.

Nesse processo, é essencial que também examinemos nossos próprios privilégios e responsabilidades, reconhecendo o papel que cada um de nós desempenha na manutenção ou na transformação das estruturas de poder desiguais.



Com comprometimento e ação coletiva, podemos criar um mundo onde todas as vozes sejam ouvidas e todas as lutas sejam validadas. Juntos, podemos enfrentar os desafios com coragem e perseverança, superando as barreiras que surgem em nosso caminho. Somente trabalhando juntos, em solidariedade uns com os outros, podemos alcançar uma verdadeira igualdade de oportunidades e uma sociedade justa e inclusiva. O caminho pode não ser fácil, mas é nosso dever lutar pelos direitos de todos e desafiar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade (Mazzucatto, 2023).

Seguir em frente com confiança e determinação, lembrando-nos sempre da importância fundamental e duradoura da teoria interseccional. O futuro está em nossas mãos e com nossa força coletiva, podemos moldá-lo para ser mais justo, mais compassivo e mais igualitário. Juntos, podemos fazer a diferença em busca de um mundo onde todos sejam valorizados, independentemente de sua raça, gênero, classe social ou qualquer outra identidade. Nesse esforço contínuo, devemos permanecer unidos e enfrentar os desafios com resiliência, empenho e determinação. Construir um mundo melhor é uma responsabilidade compartilhada por todos nós, e é através da teoria interseccional e de sua aplicação prática que podemos alcançar um futuro mais inclusivo e igualitário para todos (Collins, 2024).

4.2 Aplicações da Teoria Interseccional na Saúde Mental

A aplicação da teoria interseccional na saúde mental envolve considerar de forma ampla como as interseções de raça, gênero, classe social, orientação sexual, deficiência, idade, religião e outras identidades influenciam de maneira complexa e multifacetada não apenas o acesso aos serviços de saúde mental, o diagnóstico e tratamento de doenças mentais, mas também os determinantes sociais da saúde mental que permeiam todas as esferas da vida das pessoas (Meira et al., 2024; Silva et al., 2024).

A teoria interseccional destaca a necessidade premente de abordagens mais sensíveis, inclusivas e culturalmente competentes na prática clínica. Isso significa levar em consideração as experiências e vivências diversas das pessoas racializadas, pertencentes às comunidades LGBTQIA+, com deficiências físicas ou cognitivas,



idosas, com diferentes crenças religiosas, bem como as barreiras estruturais e sociais que elas enfrentam no sistema de saúde (Castro, Meira, Vieira & Gomes, 2024).

Ressalte-se que a característica fundamental dessa perspectiva deve, peremptoriamente, ser abrangente e contextualizada, e, com isso, deve englobar não somente as questões individuais, mas também as questões coletivas e estruturais, torna-se fundamental para garantir uma saúde mental equitativa e de qualidade para todos (Meira et al., 2024; Silva et al., 2024).

. Ao reconhecer e valorizar a singularidade de cada indivíduo, e ao mesmo tempo combater as desigualdades e injustiças presentes no sistema de saúde, é possível construir uma sociedade equânime, onde todos tenham igualdade de oportunidades para cuidar de sua saúde mental (Ferreira & Castro, 2024; Oliveira, 2024; Gonzalez, 2023; Casimiro, 2021).

5. Doença Mental e Interseccionalidade Racial

A interseccionalidade racial na saúde mental é um tema extremamente complexo e de extrema importância, pois a interação entre raça e saúde mental pode causar uma série de desafios exclusivos que afetam tanto o diagnóstico quanto o tratamento de doenças mentais em pessoas racializadas. É fundamental que os profissionais de saúde adotem uma abordagem sensível e culturalmente competente, levando em consideração todas as particularidades e necessidades específicas desses pacientes (Oliveira, 2024; Sapatini et al.2024).

Além disso, é necessário promover a igualdade de acesso aos serviços de saúde mental, garantindo que todas as pessoas, independentemente de sua raça, tenham acesso a um diagnóstico preciso e tratamento adequado para suas doenças mentais. Devemos reconhecer e combater o racismo estrutural que permeia o sistema de saúde, visando a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor para todas as pessoas em busca de ajuda. Isso inclui a implementação de políticas e práticas que abordem diretamente as desigualdades e a marginalização enfrentadas pelas comunidades racializadas (Diehl, 2024; Sousa, 2023; Miranda et al., 2021).

As instituições de saúde devem investir em treinamentos para seus profissionais, a fim de aumentar a conscientização sobre as questões relacionadas à interseccionalidade racial na saúde mental. Além disso, é importante promover a



representatividade nas áreas de saúde mental, garantindo que as vozes das pessoas racializadas sejam ouvidas e levadas em consideração nas políticas e decisões que afetam o atendimento e o acesso aos serviços de saúde. Isso inclui a diversificação das equipes de profissionais de saúde, a fim de refletir a realidade e as necessidades das comunidades atendidas (Cruz & Ienk, 2024; Gimenez et al., 2023; Brandão & Cabral, 2021).

. Para alcançar uma abordagem efetiva da interseccionalidade racial na doença mental, também é necessário combater os estereótipos e preconceitos arraigados que podem levar à negligência ou subtratamento das pessoas racializadas. Isso envolve a educação contínua de profissionais de saúde, a fim de garantir que eles tenham uma compreensão aprimorada das complexidades que envolvem a saúde mental nas comunidades racializadas (Meira et al., 2024). Para Dehl (2024), devemos trabalhar em conjunto para criar uma sociedade mais equitativa e inclusiva, na qual a interseccionalidade racial na doença mental seja reconhecida e abordada de forma efetiva. Isso requer a colaboração de instituições de saúde, profissionais, comunidades e indivíduos, todos comprometidos em garantir que todos tenham a oportunidade de alcançar a saúde mental plena e o bem-estar emocional, independentemente de sua raça ou origem.

5.1 Desafios no Diagnóstico e Tratamento de Doenças Mentais em Indivíduos Racializados

Os indivíduos pertencentes a diferentes raças e etnias enfrentam inúmeras dificuldades e desafios exclusivos quando se trata de diagnosticar e tratar doenças mentais. É importante destacar que esses desafios não devem ser subestimados, pois podem ter um impacto significativo na saúde mental e no bem-estar dessas pessoas (Meira et al., 2024).

Um dos principais obstáculos enfrentados pelos indivíduos racializados é a presença constante de estigmas e preconceitos. Muitas vezes, eles são vítimas de discriminação e falta de compreensão por parte dos profissionais de saúde, o que torna ainda mais difícil o processo de diagnóstico e tratamento adequado (Bú et al., 2024).



Além disso, as barreiras culturais e linguísticas também desempenham um papel crucial na comunicação eficaz entre os pacientes e os prestadores de cuidados de saúde. A falta de conhecimento sobre as diferentes culturas e a falta de fluência em diferentes idiomas podem dificultar a obtenção de informações precisas e a compreensão mútua (Castro, Meira, Vieira & Gomes, 2024).

Para Oliveira (2024), esses desafios podem levar a diagnósticos imprecisos e planos de tratamento inadequados, o que, por sua vez, resulta em uma piora da saúde mental e geral dos indivíduos racializados. Essa falta de entendimento e de acesso a serviços de saúde mental adequados pode agravar ainda mais as desigualdades já existentes em nosso sistema de saúde (Santos & Pimenta, 2024).

Diante desse cenário, é fundamental promover uma maior conscientização e sensibilização em relação às necessidades específicas das populações racializadas (Gonçalves, 2023). Isso inclui a educação de profissionais de saúde sobre questões culturais, a promoção da diversidade nos serviços de saúde mental e a criação de ambientes acolhedores e culturalmente sensíveis para esses indivíduos (Oliveira, 2024)..

Conforme pressupõem Castro, Meira, Vieira & Gomes (2024), a garantia de acesso equitativo a serviços de saúde mental adequados e culturalmente sensíveis é um passo fundamental na luta contra as desigualdades e injustiças existentes. Todos os indivíduos, independentemente de sua origem racial ou étnica, têm o direito de receber um tratamento justo e eficaz para suas condições de saúde mental (Abreu & Silva, 2024).

Portanto, a nosso ver, é essencial investir em iniciativas que visem tornar os serviços de saúde mental mais inclusivos, proporcionando um ambiente seguro e livre de estigmas para todos. Somente com um esforço conjunto e uma abordagem sensível às questões raciais e étnicas, podemos trabalhar para superar essas desigualdades e garantir que todos os indivíduos tenham a oportunidade de alcançar uma saúde mental adequada e uma vida plena.

5.2 Estigmas e Barreiras de Acesso aos Serviços de Saúde Mental

Os estigmas sociais profundamente arraigados e as inúmeras barreiras estruturais que dificultam o acesso equitativo aos serviços essenciais de saúde mental



representam, sem sombra de dúvidas, um formidável obstáculo para aqueles que pertencem a grupos racializados ou minorias étnicas. Nesse contexto, a ausência gritante de representatividade e sensibilidade cultural nas instituições e profissionais da saúde mental acaba por gerar um profundo desalento e relutância por parte desses indivíduos, quando o assunto é buscar auxílio para suas angústias e aflições psicológicas. Tal relutância, por sua vez, acarreta consequências lamentáveis, como subdiagnósticos e, conseqüentemente, subtratamentos das enfermidades mentais que afligem essa população vulnerável (Castro, Meira, Vieira & Gomes, 2024; Meira et al., 2024).

.Os estudos de Costa et al., (2024), Barbosa (2023) nos trazem que é crucial, portanto, reconhecer a necessidade imperativa de promover mudanças significativas em nossa sociedade, a fim de superar tais obstáculos e garantir um acesso mais equitativo aos serviços de saúde mental. Isso requer um esforço conjunto, envolvendo não apenas a capacitação e sensibilização dos profissionais de saúde mental, mas também a implementação de políticas públicas eficazes que abordem de maneira adequada as demandas específicas desses grupos marginalizados.

Diante disso, deve-se buscar ativamente a diversificação dos profissionais da saúde mental, garantindo assim uma representatividade mais ampla e uma compreensão mais profunda das experiências culturais e sociais de cada indivíduo. Essa diversificação não apenas ajudaria a reduzir o estigma associado à busca de ajuda psicológica, mas também promoveria uma maior confiança e conforto por parte daqueles que buscam tratamento (Campelo et al., 2024; Bailo et al., 2024).

Outro aspecto que consideramos importante é o desenvolvimento de políticas de saúde mental culturalmente sensíveis, que levem em consideração os diferentes sistemas de crenças, valores e práticas de cada comunidade. Isso inclui a adaptação dos serviços de saúde mental para atender às necessidades específicas de cada grupo étnico ou racializado, bem como a promoção da conscientização e educação sobre saúde mental nessas comunidades (Teixeira, 2024; Vieira, Souza & Bermudez., 2024).

Desse modo, a nosso ver, a superação dos estigmas e barreiras estruturais no acesso à saúde mental requer uma abordagem multidimensional e sistemática, que envolva mudanças tanto nas políticas públicas quanto na mentalidade da sociedade



como um todo (Nunes & Nascimento, 2024; Amorim & Elbacha, 2024). Somente assim poderemos garantir que todos tenham acesso adequado aos serviços essenciais de saúde mental, independentemente de sua origem étnica ou racial.

5.3 Intervenções e Práticas Sensíveis às Questões de Raça e Saúde Mental

As intervenções e práticas sensíveis às questões de raça e saúde mental buscam promover a equidade e acessibilidade aos serviços de saúde mental para as populações racializadas. Isso inclui a incorporação de abordagens culturalmente competentes que considerem a diversidade de experiências e valores culturais das comunidades atendidas, garantindo um atendimento mais eficaz e adequado (Ferreira et al., 2024; Lima et al., 2023). Além disso, a implementação de políticas públicas e iniciativas comunitárias direcionadas à saúde mental das populações racializadas é fundamental para combater estigmas, reduzir as disparidades no acesso aos serviços de saúde e promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades (Gomes, 2024; Bú et al., 2024).

A prática de abordar a saúde mental de forma sensível à raça é um esforço contínuo em busca da equidade e justiça. É necessário reconhecer que as populações racializadas enfrentam desafios únicos no acesso aos serviços de saúde mental, devido à discriminação e opressão sistemáticas. Portanto, é essencial implementar intervenções e políticas que considerem essas questões, a fim de proporcionar uma assistência justa e de qualidade a todos (Freires et al., 2023).

Uma maneira eficaz de promover a equidade é por meio da incorporação de abordagens culturalmente competentes. Isso implica em reconhecer e valorizar as diversas experiências e valores culturais das comunidades atendidas. Ao considerar as especificidades de cada grupo racializado, podemos garantir que os serviços de saúde mental sejam mais relevantes, eficazes e acessíveis (Araujo, 2024; Oliveira, 2024).

É fundamental que os profissionais de saúde estejam preparados para atender às necessidades e demandas específicas de cada comunidade, cultivando uma relação de confiança e entendimento mútuo. Ademais, é essencial a implementação de políticas públicas e iniciativas comunitárias voltadas para a saúde mental das



populações racializadas. Essas ações requerem o engajamento ativo dos governos, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral (Gonçalves, 2023).

É necessário combater estigmas, preconceitos e discriminação racial, promovendo uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Ao criar oportunidades igualitárias de acesso aos serviços de saúde mental e ao investir em programas de prevenção, tratamento e suporte, podemos garantir que todos tenham a chance de alcançar seu bem-estar emocional e mental (Hayashi & Rigolin, 2024)..

Compreende-se que as intervenções e práticas sensíveis às questões de raça e saúde mental são indispensáveis para promover a equidade e acessibilidade aos serviços de saúde. Por meio dessas ações, políticas públicas e iniciativas comunitárias, possibilitarão a redução das disparidades e garantirão que todas as populações, independentemente de sua raça, tenham acesso a um atendimento adequado e eficaz. Como nos dizem Meira et al., (2024) e Castro, Meira, Vieira & Gomes (2024), a saúde mental é um direito humano fundamental e deve ser garantida a todos, sem discriminação ou exclusão.

6. Abordagens culturalmente competentes, o que seria isso?

As abordagens culturalmente competentes são extremamente importantes e fundamentais para a promoção da saúde mental das populações racializadas. Essas abordagens reconhecem e valorizam de maneira integral a diversidade cultural, as crenças, práticas e tradições das comunidades atendidas. Isso implica, necessariamente, na contratação e capacitação de profissionais de saúde mental que representem diferentes grupos étnicos e culturais, bem como na adaptabilidade dos serviços e intervenções para atender de forma específica as necessidades de cada comunidade (Meira et al., 2024; Castro, Meira, Vieira & Gomes (2024).

A implementação eficiente e eficaz dessas abordagens promove um ambiente terapêutico extremamente acolhedor e inclusivo, livre de qualquer forma de preconceito ou discriminação. Esse ambiente, por sua vez, contribui significativamente para a promoção da saúde mental, melhoria do bem-estar geral e a qualidade de vida das populações racializadas (Damasceno, 2021). Ao adotar essas abordagens, é possível estabelecer uma relação de confiança e empatia entre os profissionais de saúde e as comunidades atendidas. Isso permite uma compreensão mais ampla e



aprofundada dos desafios e dificuldades enfrentados por cada grupo, resultando em intervenções adequadas e personalizadas (Bú et al., 2024; Lima, Gussi & Araújo, 2024).

Além disso, por meio das abordagens culturalmente competentes, é possível fortalecer a identidade e autoestima das populações racializadas, valorizando seus saberes tradicionais e proporcionando um espaço para que possam expressar suas opiniões e necessidades de forma segura e respeitosa (Farias et al., 2024; Oliveira, 2024). Dessa forma, a implementação de abordagens culturalmente competentes no cuidado da saúde mental representa um avanço significativo na promoção da equidade e inclusão, trazendo benefícios para toda a sociedade (Farias et al., 2024; Oliveira, 2024). Ao valorizar a diversidade e combater o preconceito, contribuimos para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e saudável para todos.

7. Políticas Públicas e Iniciativas Comunitárias

A implementação de políticas públicas e iniciativas comunitárias voltadas para a saúde mental das populações racializadas é fundamental para garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde mental, reduzir as disparidades e promover a inclusão social. É necessário, portanto, intensificar os esforços nesse sentido, alocando recursos específicos para a promoção da saúde mental em comunidades racializadas, de forma a ampliar o alcance e a eficácia das ações desenvolvidas (Meira et al., 2024; Castro, Meira, Vieira & Gomes (2024).

Uma das estratégias importantes é o desenvolvimento de programas de prevenção e intervenção culturalmente sensíveis, que atendam às necessidades específicas dessas comunidades. Isso implica em considerar as particularidades dos contextos socioculturais, bem como as experiências de discriminação e exclusão vivenciadas pelas populações racializadas. Dessa forma, é possível promover a resiliência e fortalecer os recursos internos de cada indivíduo, contribuindo para o enfrentamento dos desafios impostos pela saúde mental. Ademais, é importante fomentar a participação ativa e efetiva das comunidades racializadas na elaboração e implementação de políticas de saúde mental (Sousa, 2023; Paula Carvalho et al., 2023).



Somente por meio de um diálogo inclusivo e horizontal, é possível garantir que as estratégias adotadas sejam verdadeiramente condizentes com as demandas e realidades dessas populações (Junior, 2024; Santos et al., 2023; Oliveira et al., 2023)

. Ademais, a atuação em parceria com líderes comunitários e organizações locais é essencial para estabelecer um ambiente de confiança e promover a sustentabilidade dessas iniciativas (Santana, 2021). Dessa maneira, ao fortalecer as políticas públicas e iniciativas comunitárias voltadas para a saúde mental das populações racializadas, é possível construir a sociedade que tanto almejamos, com justiça social e inclusão. Garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde mental e reduzir as disparidades é um compromisso que deve ser assumido por todos, visando a promoção do bem-estar geral e a construção de uma sociedade mais saudável e solidária para todos os seus membros.

À guisa de considerações finais

Diante da complexidade das intersecções entre doença mental e racialidade, é fundamental reconhecer a importância de abordagens sensíveis às questões raciais na promoção da saúde mental. Este estudo evidenciou a necessidade de compreender as experiências específicas de pessoas racializadas no contexto do diagnóstico, tratamento e acesso aos serviços de saúde mental, visando reduzir as disparidades existentes. Além disso, ressaltou-se a relevância de políticas públicas e iniciativas comunitárias que contemplem a diversidade racial e cultural, buscando garantir uma atenção mais equitativa e efetiva para todos os grupos étnico-raciais.

Ao longo do estudo, foi possível identificar que a relação entre doença mental, racialidade e interseccionalidade apresenta desafios significativos, incluindo estigmas, barreiras de acesso, e a necessidade de abordagens culturalmente competentes. O aprofundamento sobre as percepções e vivências de indivíduos racializados em relação à saúde mental também emergiu como um ponto relevante para a compreensão e atuação nesse campo. Esses aspectos ressaltam a importância de considerar a diversidade racial e de gênero na formulação de políticas e práticas de saúde mental.

Com base nos achados deste estudo, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise das experiências de indivíduos racializados no contexto das



doenças mentais, considerando diferentes contextos socioculturais e o impacto das políticas de saúde mental. Além disso, é essencial promover a formação de profissionais capacitados para lidar com a diversidade étnico-racial, bem como incentivar a criação de programas e serviços de saúde mental que atendam às necessidades específicas de grupos minoritários, visando promover a equidade e o bem-estar psicossocial.

Referências:

- Abreu, J. M. M., & Silva, L. F. L. (2024). O desamparo legal e social com os interditados em decorrência de doença mental. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(11), 2971-2982.
- Aguiar Magalhães, L., et al., (2024). Alta prevalência de sintomas depressivos em pacientes com Diabetes Mellitus em assistência ambulatorial. *Revista Interdisciplinar Ciências Médicas*, 8(1), 34-45.
- Albuquerque, F. & Diniz, V. (2022). A infantilização de mulheres brancas:: dispositivo de raça, gênero e classe na construção de subjetividades. *Teoria e Cultura*. v.17 n.3 Dezembro
- Almeida, D. L., et al., (2022). Saberes em saúde mental e a prática profissional na estratégia saúde da família. *Interfaces Científicas-Humanas e Sociais*, 9(3), 27-42.
- Alves, B. M. (2021). A influência dos alimentos no tratamento dos transtornos mentais: ansiedade, depressão e esquizofrenia. Monografia (Graduação) Centro Universitário de Brasília, 19p.
- Alves, M. N. (2023). Racismo estrutural e descolonização: um recorte sobre as relações entre a saúde mental do povo negro e a formação em Psicologia *Revista HumanÆ. Questões controversas do mundo contemporâneo*, v. 17, n. 2 , p. 1-17
- Amorim, P. M., & Elbacha, G. C. (2024). Os desafios para ressocialização do apenado. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 8(1), p 1-24
- Andrade, T. P. de; Alves, N. Conectividade e saúde mental: como as redes sociais influenciam o bem-estar psicológico dos usuários. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos* , v. 7, n. 15, p. e151301, DOI: 10.55892/jrg.v7i15.1301.
- Araujo, A. D. (2024). Covid-19, mulheres e território rural: fazeres, saberes ea busca por assistência à saúde em Sobral–CE. Dissertação (Mestrado) Universidade de Brasília, 84p.
- Araújo Barbosa, B., & Carvalho Teixeira, F. A. F. (2021). Perfil epidemiológico e psicossocial do suicídio no Brasil. *Research, society and development*, 10(5), e32410515097-e32410515097.
- Avelar, J., Oliveira, C., & Mota, D. (2022). A Subjetividade negra diante das políticas públicas de saúde mental: há espaço para essa subjetividade? *Cadernos de Psicologia*, v. 4, n. 7, p. 75-96, jan./jun. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13386810>



- Bailo, D. W., et al., (2024). Crianças com HIV: o estigma como obstáculo à adesão e a necessidade de reformas no cuidado. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 6(10), 113-129.
- Barbosa, M. L. A. (2022) *Transtornos mentais comuns em mulheres da meia-idade*. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus.
- Barbosa-Fohrmann, A. P., & Martins, L. M. (2021). Previsão constitucional do direito social à saúde mental: novos caminhos para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Pensar-Revista de Ciências Jurídicas*, v. 26, n. 1, p. 1-13, jan./mar. Carvalho, R. C. N., Nantes, R. F. P., & Costa, M. L. (2020). Estratégia familiar de cuidado em saúde mental. *Brazilian Journal of Development*, 6(7), 50256-50271.
- Barbosa, G. dos S. (2023) *Barreiras de acesso a um CAPS ad em um município no interior da Bahia*. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus.
- Bones, B., & Bellenzani, R. (2024). O problema no enfoque do sofrimento feminino na pesquisa epidemiológica: por que determinantes sociais e não determinação social?. *Germinal: marxismo e educação em debate*, 16(1), 1003-1029.
- Brandalise, K. K., Pelizzari, J. V., & de Bortoli Rota, C. (2022). Prevalência de tentativas de suicídio em um serviço de urgência/emergência no município de Cascavel–Paraná. *Research, Society and Development*, 11(9), e40911932172-e40911932172.
- Brandão, E. R., & Cabral, C. D. S. (2021). Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 25, e200762.
- Bú, E., Lima, K., & Brito, T. (2024). *Avaliação psicológica: Direcionada para pessoas em situação de vulnerabilidade e grupos minorizados*. CRV, 210p.
- Campelo, A. T. O. et al., (2024). O paradoxo da saúde das pessoas em situação de rua. *Revista Eletrônica Acervo Científico*, 47, e18262-e18262.
- Cardim, G. M. (2021) *Mulheres em deslocamento, violência como constante: impactos da violência de gênero e da condição do refúgio na saúde mental de mulheres refugiadas*. 130 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.
- Carvalho, E. D., & Figueiredo, J. L. (2024). O homem de cor e a branca, por Fannon e Zammuel: relações afetivas e de poder entre sujeitos racializados. *Revista Em Favor de Igualdade Racial*, 7(3), 210-225.
- Carvalho, K. de P., Batista, C. B., & Queiroz, I. S. de. (2024). A saúde da população negra e a construção de políticas públicas pautadas no cuidado interseccional. *Mnemosine*, 19(2).
<https://doi.org/10.12957/mnemosine.2023.85820>
- Casimiro, J. A. M. (2021). *Políticas de Saúde Mental Lgbt em Portugal: Uma Abordagem Interseccional*. Dissertação (Mestrado) Universidade do Aveiro.
- Collins, P. H. (2022). *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. Tradução de Bruna Barros, Jess Oliveira; - 1ª ed.,- Boitempo.
- Collins, P. H. (2024). *Intersecções letais: Raça, gênero e violência*. Boitempo.



- Costa, I. G. da, & Santos, A. F. C. dos. (2021). O direito fundamental ao meio ambiente do trabalho saudável como pressuposto do direito à vida com qualidade. *Revista Direitos Sociais E Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, 9(1), 295–324. <https://doi.org/10.25245/rdsp.v9i1.764>Dias, V. O. (2024). A dimensão socioambiental do direito fundamental ao trabalho digno: uma análise a partir do assédio organizacional nos bancos do Distrito Federal. unb.br
- Damasceno, M. G. (2021). *Onde se esconde o racismo na psicologia clínica?: a experiência da população negra na invisibilidade do binômio racismo e saúde mental*. Tese (Doutoramento. Universidade de Brasília, 116p.
- Diehl, A. (2024). *Casos Clínicos LGBTQIAPN+:* Diretrizes Para o Cuidado em Saúde Mental e Sexual. 1ª edição. Artmed.
- Farias, T. M., Falcke, D., & Serralta, F. B. (2024). Competência multicultural das (os) psicoterapeutas na psicoterapia com pessoas negras. *Research, Society and Development*, 13(12), e04131247515-e04131247515.
- Fernandes, L. F. A. G., et al., (2024). Fisiopatologia e condutas terapêuticas da esquizofrenia: uma revisão bibliográfica. *RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218*, 5(6), e565312-e565312.
- Ferreira, R. R., et al., (2023). A saúde mental dos estudantes de medicina: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 12(3), e14912339975-e14912339975. Ferreira, A. P., Santos, D. S., & Wermelinger, E. D. (2024). Perspectivas e desafios do cuidado em saúde mental de adolescentes em regime socioeducativo: um estudo de caso. *Saúde debate* 48 (143) 22 Oct-Dec 2024 Orcid: <https://doi.org/10.1590/2358-289820241438949P>
- Freires, K. C. P., et al., (2023). *Políticas de saúde: a descolonialidade e o letramento de gênero como recursos de educação permanente*. *Contribuciones a las ciencias sociales*, 16(10), 21365-21388.
- Freitas, G. N., & Carneiro, S. N. V. (2023). Transtornos mentais no contexto dos centros de atenção psicossocial (caps): uma análise epidemiológica-revisão integrativa. *Revista Expressão Católica Saúde*, 8(2), 69-91.
- Gardelio, M. F. S. (2024). *Medicalização como elemento dos dispositivos de racialidade e de gênero na governamentalidade da morte: análise de discursos sobre a distribuição de psicotrópicos em presídios na Bahia*. Dissertação (Mestrado. Universidade de Brasília, 163p.
- Gimenez, C. S. S., da Costa, G. R. S., de Angelis, I., & da Silva, G. A. D. (2023). Racismo, Interseccionalidade e saúde mental: pela constituição de uma psicologia antirracista e antimanicomial. TCC-Psicologia.UNIVAG.
- Góis, J. B. H., & dos Santos Grativol, L. (2024, April). Racismo e Política do esquecimento no Brasil. In Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; *Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental - Vol. 5*, No. 1, pp. e6561-e6561.
- Gomes, E. S. (2024). Práticas de inclusão e efeitos do racismo nos processos de socialização de estudantes negros e indígenas na UEL. *ANAIS DO PRÁXIS ITINERANTE: II Seminário Temático do Práxis Itinerante e I Simpósio Internacional Práxis Itinerante: Juventudes e Diversidades*
- Gomes, I. N., et al., (2022). Análise do padrão de herança em casos de adoecimento decorrentes de Assédio Moral. *Revista do Hospital Universitário Getúlio Vargas*, 21(1).



- Gomes, R. C. Subúrbios existenciais: percepções de saúde mental de homens negros gays. 136 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.
- Gomes da Silva, H. E. (2024). *A inserção das mulheres árabes na comunidade na fronteira de Foz do Iguaçu estudo de caso através de um projeto linguístico-cultural de ensino aprendizagem de ensino-aprendizagem de português* Dissertação (Mestrado Integração Contemporânea da América Latina) Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
- Gonçalves, A. C. (2023). O Trabalho de Pesquisadoras Negras do Grupo Temático Racismo e Saúde da ABRASCO: uma revisão de escopo. Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
- Gonçalves, R. M. (2024). *Vida acontecendo: possibilidades antimanicomiais e cuidado em saúde mental no território*. Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto, 89p.
- Gonzalez, P. M. *A concepção de sujeito universal mulher no cuidado em saúde e a urgência da perspectiva interseccional: um ensaio teórico*. 2023. 13 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- Goulart, V. P., & Nardi, H. C. (2022). Vidas inimigas, necropolítica e interseccionalidade: da exclusão na educação ao suicídio/assassinato de pessoas trans. *Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade*, v. 11, n. 1, p. 11-38, jan/abr.
- Gresta, L. M. R. (2024). *Tem um corpo nessa cor: um estudo das performances narrativas das crianças da educação básica como modo de abordar as relações raciais e o racismo no ambiente escolar*. Tese (Doutoramento). Universidade de Brasília, 212p.
- Hayashi, M. C. P. I., & Rigolin, C. C. D. (2024). Interseccionalidade na análise da produção científica de pesquisadoras negras durante a pandemia. *Brazilian Journal of Information Science*, (18), 31.
- Junior, M. A. G. (2024). *Saúde mental da população LGBT no SUS: a experiência do Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM)*. Editora Dialética, 175p.
- Laisner, R. C. & Mario, C. G. de. (2015) Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e de controle social. *Revista de Políticas Públicas*, v. 18, n. 2, p. 619–630, 3 Fev
- Lima, F. A. C., Gussi, A. F., & Araújo, C. E. L. (2023). Avaliação de políticas públicas, colonialidade e racismo: considerações sobre saúde mental e atenção psicossocial na pandemia de covid-19 no Brasil. *Physis* 33 <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333078>
- Lopes, F. M., et al., (2022). Transtornos mentais comuns em estudantes universitários: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 16(1), 1-23.
- Martins, L. M. R. (2023). DDo aprisionamento do corpo ao aprisionamento da mente: um olhar negro para o sofrimento psíquico da mulher negra no cárcere. *Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva*, 4, e14494.
- Matos, R. A. & Albuquerque, C. S. (2023). “Questão social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia. *R. Katál.*, v.26, n. 1, p. 43-53, jan./abr



- Mazzucatto, M. R. (2023). Bem Mais que Ideias, de Patricia Hill Collins: a jornada da interseccionalidade em direção à uma teoria social crítica. *Interfaces Da Comunicação*, 1(2), 113-118. <https://doi.org/10.11606/issn.2965-7474.v1i2p113-118usp.br>
- Mendes Ferreira, T., & Dias de Castro, R. (2024). Gênero, poder e sofrimento ético-político: considerações sobre os efeitos da colonialidade do gênero no bem-viver das mulheres. In *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9716>.
- Mota, C. A., Silva, A. K. L. D., & Amorim, K. (2020). Prevalência de transtornos mentais comuns em servidores técnico-administrativos em educação. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(1), 891-898.
- Mota, D. C. B., Silva, Y. V. D., Costa, T. A. F., Aguiar, M. H. D. C., Marques, M. E. D. M., & Monaquezi, R. M. (2021). Saúde mental e uso de internet por estudantes universitários: estratégias de enfrentamento no contexto da COVID-19. *Ciencia & saude coletiva*, 26, 2159-2170.
- Nascimento, F. W. Á., & Santos, A. A. (2023). A prevalência de depressão e ansiedade em estudantes de Medicina. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(11), 4092-4102
- Nunes, C. A. D. C. R., & Nascimento Siqueira, C. (2024). Sífilis na população vulnerável: estratégias de intervenção e inclusão. *RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, 1(1). Maio, p.01-10.
- Oliveira, D. A. de. (2024) Em razão de sua raça: os impactos psicossociais das desqualificações das masculinidades negras. Dissertação (Mestrado em Estudos da Condição Humana) – Universidade Federal de São Carlos.
- Oliveira, E. N., et al., (2022). “Não vou nada bem”: saúde mental de estudantes universitários no contexto da COVID-19. *Gestão e Desenvolvimento*, (30), 113-135.
- Oliveira, I. M. S. (2024). *Maternidade e empoderamento: um estudo sobre identidade interseccional de raça, gênero e classe com adolescentes em situação de vulnerabilidade social*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Sergipe.
- Oliveira, M. P. (2023). Prevalência de ansiedade e depressão em estudantes de medicina em Universidade de Goiás. Dissertação (Mestrado) Unisinos
- Oliveira, V., Guimarães, D. A., Gama, C. A. P. D., Coelho, V. A. A., & Coelho, F. B. P. (2023). Tensionamentos no cuidado em Saúde Mental relacionados ao uso de Substâncias Psicoativas: dificuldades identificadas por profissionais da saúde pública. *Saúde em Debate*, 47(137), 133-145.
- Santana, E. F. (2021). *Racismo institucional no SUS e saúde da população negra*. Monografia (Graduação) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 24p.
- Santos, G. M. M. & Pimenta, P. R. L. (2024). *Entre muros e transformações: a trajetória sociocriminal de mulheres trans no sistema penitenciário brasileiro, com enfoque na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Católica de Salvador.
- Santos, J. J. S. (2023). Queer além das fronteiras: Interseccionalidade e Decolonialidade na reimaginação dos Estudos Queer. *Rev. Sociologias Plurais*, v. 9, n. 2, p. 318-340, jul.
- Santos, J. M. O., de Alcantara Fonseca, J. P., de Oliveira, I. R., & Oliveira, B. D. (2024). Transtornos mentais prevalentes em estudantes de medicina: uma revisão da



- literatura. RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar 5(7), e575375-e575375.
- Santos Fernandes, M. M. (2024). *Experiências de Discriminação Racial na Gravidez e no Parto*. Dissertação (Mestrado) Universidade de Coimbra.
- Santos, V. A., Bonfim, C. B., Teixeira, A. D. M. B., Bernardo, K. J. C., & Martins, D. M. B. (2023). O diálogo entre as políticas públicas de saúde no cuidado à população idosa negra: percepção de psicólogas que trabalham na atenção básica. *Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva*, 4, e14210-e14210.
- Sapatini, C. H., Traldi, B. A. G., & da Silva, K. C. B. (2024). Raça e gênero na saúde mental: o que a psicanálise (não) escuta. *PLURAL-Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p15-e024p15
- Schimingoski, P. M., et al., (2024). Transtorno mental comum em mulheres e seus possíveis impactos no desenvolvimento regional no Planalto Norte Catarinense. *Saúde e meio ambiente: revista interdisciplinar*, 13, 165-182.
- Schlosser, G. D., de Lima, V. C. F., & da Silva Heinen, L. B. (2023). *A epigenética como fator desencadeante nos transtornos de ansiedade: uma revisão sistemática*. TCC-Biomedicina. UNIVAG
- Silva, A. F. F. da., & Souza, L. de O. (2024). A Educação Estatística Crítica e a Interseccionalidade como instrumentos analíticos para a compreensão dos problemas sociais. *Seminário Internacional De Pesquisa Em Educação Matemática*, 1-16. <https://www.sbembrasil.org.br/eventos/index.php/sipem/article/view/37>
- Silva, A. M. S., Pinto, L. D. M., da Silva, A. A., de Souza Rios, A., Frota, F. D. A. T., & Frazão, M. A. Plantão psicológico, interseccionalidades e racialidades: perspectivas. *Avaliação (Campinas)* 26 (03) Sep-Dec Orcid: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000300005>
- Silva, D. M. da, et al., (2024). Racismo dentro das Escolas: Saúde Mental das Crianças Racializadas e Estratégias de Enfrentamento. ID on line. *Revista de psicologia*, 18(73), 522-531.
- Silva, J. R. (2023). Construção de estereótipos e objetificação da população negra na sociedade brasileira: um olhar historiográfico. *RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, 3(1), 1-20.
- Siqueira, B. D. A. G., et al., (2023). Perfil epidemiológico de jovens com transtornos mentais e comportamentais no estado do Piauí, Brasil. *Research, Society and Development*, 12(5), e9012541515-e9012541515.
- Sousa, L. R. N. (2023). *Interseccionalidade e políticas públicas: uma discussão racializada de saúde mental eo sistema único de saúde como ferramenta operativa de justiça social*. Monografia (Graduação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 39p.
- Souza Silva, K., & Borba, J. C. (2024). Os impactos da pandemia de COVID-19 na imigração Sul-Sul em Santa Catarina. Monções: *Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 13(25), 167-193.
- Sousa, C. V. L. (2023). *Desafios da Saúde Mental Infantojuvenil no Brasil: uma Revisão de Literatura*. Universidade Federal da Integração Latino Americana
- Teixeira, L. D. M. (2024). Barreiras e potencialidades para educação médica permanente e continuada em saúde mental na atenção primária: uma revisão de escopo. Dissertação (Mestrado), 92p.



- Tenório, R. J. M. (2021). A saúde mental e ergonômica no trabalho remoto no pós-pandemia. *Revista Espaço Acadêmico*, 20, 96-105.
- Trevisan, E. R., & Souza Castro, S. (2021). Prevalência de transtornos mentais comuns nos trabalhadores dos centros de atenção psicossocial álcool e drogas. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, 2, 798-806.
- Viana, S. A. A., de Lima Silva, M., & de Lima, P. T. (2020). Impacto na saúde mental do idoso durante o período de isolamento social em virtude da disseminação da doença COVID-19: uma revisão literária. *Diálogos em saúde*, 3(1). jan/jun
- Vidal, C. E. L., Antônio, P. P., & CEP, B. M. G. (2022). Prevalência e associação entre obesidade e transtornos mentais. January *Revista Médica de Minas Gerais* 32(Supl 06) DOI: [10.5935/2238-3182.v32supl.6.04](https://doi.org/10.5935/2238-3182.v32supl.6.04)
- Vieira, G. S., Souza, C. G., & Bermudéz, X. P. C. D. (2024). Entre o estigma ea saúde: itinerários de pacientes com câncer de próstata. *Saúde em Debate*. V. 48, N. 142, e9057, Jul-Set
- Vitorino, L. M., Vieira, R. R., & Guimarães, M. V. C. (2024). Prevalência de transtornos psiquiátricos de pessoas em situação de rua em um grande centro urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, 19(46), 3697-3697.
- Xavier, A.S. (2021). Tecnologias em saúde mental junto a adolescentes- Guardiões da Vida nas Escolas / Mental health technologies with adolescents - Guardians of Life in Schools. *Revista De Psicologia*, 12(2), 198–208. <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.12.2.2021.15>
- Waisberg, J. & da Silva, G. M. (2022). A Importância Da Atividade Física E Mental No Auxílio Ao Tratamento De Depressão Em Idosos *Brazilian Journal of Health Review*. v.5, n.1, p. 95-114 jan./fev. DOI:10.34119/bjhrv5n1-010

Recebido: 12.12.2024

Aprovado: 20.12.2024

Publicado: 01.01.2025

Autores

Janderson Costa Meira

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Graduado em Psicologia pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Membro do Laboratório de Psicologia Existencial – Labfen/Ufam. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – Lapfe/Ufam. Supervisor de estágio do Plantão Psicológico em Escolas do Sistema Público de Ensino em Manaus. E-mail: jandersonmeiraa@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9145-6465>

Yasmin Vitória Bindá Araújo

Discente do Curso de Psicologia da Faculdades Fametro. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/Ufam. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LAPFE/Ufam. E-mail: yasminvb.araujo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6012-8177>



Rebecca Neves Moreira Barros

Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Santa Teresa. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/Ufam. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LAPFE/Ufam. E-mail: rebeccanevesbiomedica@outlook.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4200-5519>

Isabela Torres Miranda

Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Santa Teresa. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/Ufam. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LAPFE/Ufam. E-mail: isabelatorresmiranda4@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4058-3003>

Talícia de Macedo do Nascimento

Discente do Curso de Psicologia da Faculdade Santa Teresa. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/Ufam. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LAPFE/Ufam. E-mail: taliciamacedo2409@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7605-8107>

André Cavalcante Pereira

Discente do Curso de Biomedicina da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO. Membro do Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LABFEN/Ufam. Membro da Liga Acadêmica de Psicologia Fenomenológico-Existencial – LAPFE/Ufam. E-mail: acpmidiasam@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-8561-2914>